

A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório

Handerson Joseph¹

Desde a fundação do Haiti como colônia francesa, a mobilidade e a migração – mesmo tendo sido forçada – estiveram presentes com a vinda dos milhares de escravizados africanos através do comércio transatlântico. Posteriormente, a peculiaridade e o contexto singular da luta pela independência – entre 1793 e 1803 – coincidente com a libertação dos escravizados, teria constituído uma nova cultura de *marronnage*, de mobilidade e de migração². Os principais estudos sobre a história da emigração haitiana, geralmente não dão ênfase aos descendentes dos *affranchis* (ex-escravizados) e aos *mûlatres* (mulatos) considerados como parte da elite e proprietários de terras, que mandavam seus filhos, desde o final do século XVIII, e também, posteriormente, no século XIX, após a Independência do Haiti, para realizar seus estudos na França. Foram inúmeros escritores, advogados e médicos haitianos formados na França³.

Nesse sentido, os trabalhos de Rayford Logan, professor afro-americano da Howard University são muito úteis. O autor trata da educação no Haiti dizendo: “*Devido a esta falta do sistema de ensino, os mulatos ricos iam frequentemente à França, onde várias possibilidades estavam às suas disponibilidades*” (LOGAN, 1930, p. 407). A título de ilustração, o *Dictionnaire Historique de la Révolution Haitienne (1789-1804)* apresenta 80 biografias somente de personalidades históricas designadas como mulatos e mostra que somente essa categoria de sujeitos foi beneficiadas com uma formação na França naquela época (MOÏSE, 2003).

Este trabalho considera um novo espaço (trans)nacional da mobilidade haitiana, isto é, o Brasil. Interessa destacar, que um dos primeiros grandes fluxos da chegada de pessoas de nacionalidade haitiana ao Brasil se data em janeiro de 2010, no entanto, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há registro da presença de haitianos no país, desde a década de 1940⁴, mesmo que seja em menor proporção do que

1 Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com Doutorado Sanduíche pela École Normale Supérieure (ENS) e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Coordenador do Programa de Apoio a Migrantes e Refugiados – PAMER pela UNIFAP. handersonj_82@yahoo.es

2 *Marronnage* vem da palavra espanhola *cimarronada* e refere-se ao fenômeno iniciado no regime colonial quando os africanos e seus descendentes escravizados na Ilha São Domingo fugiam dos trabalhos forçados e das condições dramáticas impostas pelo sistema colonial (HANDERSON, 2010). Os fugitivos eram denominados de *marron*. Até os dias atuais no Haiti se usa a palavra *marron* para os haitianos que estão fugindo em escala regional ou (trans) nacional por alguma situação associada à política, ao jurídico, à feitiçaria do vodu, às brigas entre familiares e amigos. As pessoas costumam dizer: *Entèl nan maron*, fulano está fugindo, ou *Entèl nan kache* (fulano está se escondendo). A palavra *marronnage* está articulada à mobilidade das pessoas, isto é, o deslocamento de um lugar para outro e também associada à categoria de diáspora (HANDERSON, 2015a). Nem sempre as pessoas acusadas de *marron* se consideram como tal, por mais que, de fato, possam estar no *marronnage* pelas razões evidenciadas, entre outras. Se a pessoa está em outro país como República Dominicana, quando volta ao Haiti, para as pessoas que ficaram e não a haviam visto durante o tempo de *marronnage*, ela pode ser chamada de diáspora pelo fato de ter ido residir em outro país por um tempo e depois voltado ao Haiti. No entanto, isso deve ser nuançado, porque, quando as pessoas sabem que o motivo da viagem é para se esconder em outro território, ele estava no *marronnage*, deixando de ser considerado e chamado de diáspora. Assim como o termo “refugiado” possui conotação ambígua e pejorativa, no Haiti, os termos *marronnage* e *marron* também são ambíguos e possuem suas nuances.

3 Boa parte dos mulatos que iam estudar na França quando voltavam à colônia se engajava no processo da Revolução Haitiana, como Vincent Ogé e Jean-Baptiste Chavannes. Ver os trabalhos de Dominique Rogers (2003) e M. Auguste (1995). Segundo Anténor Firmin (1885, p. 112-113), “No Haiti, encontramos mais de vinte mulatos, doutores em medicina da faculdade de Paris”. Jean Casimir (2009) faz um mapeamento e mostra, do século XIX à primeira metade do século XX, mais de 18 intelectuais haitianos com algum cargo político no Haiti, que também estudaram na França, dentre eles, Anténor Firmin (1850-1911), Louis-Joseph Janvier (1855-1911).

4 Segundo os dados do IBGE, há registro, em 1940 de 16 pessoas de nacionalidade haitiana no Brasil, em 1950, 21, em 1960, cresceu para 159, em 1970, 90, em 1980, o número subiu para 127, em 1991, 141 e em 2000, caiu para 15. Já no ano de 2015, os haitianos eram estimados entre 60 a 65 mil no país (Ver HANDERSON, 2015b).

atualmente (HANDERSON, 2015a, HANDERSON, 2015b).

O texto está organizado em três eixos analíticos e metodológicos: 1) o primeiro trata de uma abordagem sucinta da historicidade da mobilidade haitiana no mundo, privilegiando os espaços (trans)nacionais, onde há uma tradição migratória de pessoas de nacionalidade haitiana desde a primeira metade do século XX⁵. Nessa parte, utilizo fontes históricas e a literatura acadêmica sobre as diásporas haitianas no mundo; 2) o segundo mostra a gênese de um dos primeiros grandes fluxos – em janeiro de 2010 – da chegada de haitianos ao Brasil, a partir dos dados etnográficos da minha pesquisa de tese de doutorado⁶; 3) o terceiro privilegia a presença haitiana em Brasília, Capital do Brasil, através dos dados da investigação realizada em 2015, pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)⁷.

QUATRO GRANDES FLUXOS MIGRATÓRIOS

Do início do século XX até os dias atuais, os processos de mobilidade internacional haitiana podem ser resumidos em quatro grandes fluxos em períodos diferentes. Alguns territórios como a República Dominicana, Estados Unidos, França e algumas ilhas caribenhas (Bahamas, Martinica, Guadalupe) e Guiana Francesa têm uma permanência importante nessas diferentes configurações da (e)migração⁸.

O primeiro grande fluxo de (e)migração de haitianos para o exterior constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam Haiti (1915-1934) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente. Como desde o final do século XIX e o início do século XX, o crescimento das indústrias americanas de cana-de-açúcar no Caribe, particularmente em Cuba e na República Dominicana produziu uma escassez de mão de obra para trabalhar nas plantações de ambos os países, essa lacuna fora preenchida, em larga medida, pelos camponeses haitianos enquadrados em políticas específicas e temporárias: “de 30.000 a 40.000 haitianos, chamados *braceros*, migravam temporariamente todos os anos para Cuba, entre 1913 e 1931” (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009, p. 36). Em 1928, legalmente foi proibido trazer mais trabalhadores haitianos para as plantações, mas continuaram chegando até 1961 à província de Oriente, em Cuba para trabalhar em plantações de café. Em 1944, eram estimados em mais de 80.000, a maioria deles originária do sul do país.

Na República Dominicana, “os censos afirmam um total de 28.258 haitianos em 1920 contra 52.657 em 1935” (idem, p. 37). O processo migratório em direção a esses dois países caribenhos deve ser compreendido no contexto da conjuntura geopolítica da ocupação americana em ambos os países. Também, por causa da primeira guerra mundial e pelo fato de o Haiti representar, na época, um lugar estratégico para evitar a instalação alemã

5 De acordo com os dados do Congresso Mundial Haitiano (CMH) do ano de 2005, em Nova York (incluindo Nova Jersey) os haitianos são estimados em 1 milhão; em Miami, 750.000; em Boston, Chicago e Los Angeles, 150.000; no Canadá, 120.000; na França, 100 mil, incluindo os Departamentos Ultramar, na República Dominicana, 750.000; em Cuba, 400.000 e nos demais países da América Latina, 75.000, além daqueles instalados na África e na Ásia (Cahier nº 1, p. 16. janeiro 2005. Montreal).

6 Esses dados fazem parte da minha tese de doutorado sobre “*Diaspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*” (2015), defendida no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho de campo se concentrou, numa primeira etapa, na Tríplice Fronteira e em Manaus; entre janeiro e março de 2012, numa segunda, no Suriname (Paramaribo) e na Guiana Francesa (Cayenne), de março a maio de 2013 e numa terceira, no Haiti (Fonds-des-Nègres e Pemele) em julho desse mesmo ano.

7 A pesquisa do OBMigra foi realizada, entre o mês de março a junho do ano de 2015. Fiz parte da equipe como pesquisador colaborador. Além da realização de 29 entrevistas com 14 haitianas e 23 haitianos – algumas em dupla ou trio – residentes em diferentes localidades do Distrito Federal, em junho do mesmo ano, foi organizado também, um grupo focal na Universidade de Brasília (UNB) com duas haitianas e sete haitianos.

8 Vale salientar que no século XIX, após a independência do Haiti, houve um processo de imigração no país de pessoas de diversas nacionalidades, particularmente os afro-americanos que se mudaram dos Estados Unidos para o Haiti sob o Presidente Jean Pierre Boyer. Entre estes últimos, alguns retornaram à América do Norte devido aos problemas socioculturais com os haitianos. Nesse período, no qual o Haiti era considerado a Pérola das Antilhas, alguns dominicanos cruzavam a fronteira para trabalhar no Haiti, saíam de Dajabón (República Dominicana) para ir a cidade fronteiriça Ouanaminthe, localizada no norte do Haiti.

na região, dada a forte presença econômica que a Alemanha tinha no país caribenho.

Em 1937, a xenofobia dominicana teve sua expressão mais violenta, quando o ditador Rafael Leonidas Trujillo (1930-1961) ordenou aos militares matar milhares de cidadãos haitianos, mas até hoje não se sabe, de fato, quantos foram assassinados, estimando-se entre 6.000 a 30.000. O massacre era claramente racista e anti-haitiano (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009)⁹.

O segundo fluxo de (e)migração haitiana inaugura-se quando os Estados Unidos se tornaram mais familiar no universo haitiano. No plano cultural, no Governo Élie Lescot (1941-1946), o inglês tornou-se obrigatório no sistema educacional do país e cresceram significativamente as igrejas protestantes americanas. Na década de 1950, a elite haitiana mandava seus filhos estudarem nos Estados Unidos e alguns dos agricultores que já haviam residido em Cuba ou na República Dominicana viam os Estados Unidos como uma nova possibilidade para emigrar¹⁰.

A partir da década de 1960, sob a ditadura de François Duvalier (1957- 1971), foi reconfigurada a emigração haitiana em termos de amplitude, composição e orientação dos fluxos das pessoas oriundas de diferentes camadas sociais, gerações e regiões, como mostra Cédric Audebert nos seus trabalhos.

A autoproclamação de “Presidente vitalício” de François Duvalier em 1964 assustou os intelectuais e a classe média negra (médicos, advogados, professores) que não demoraram para ir ao exílio. Entre 1957 – o ano de ascensão de Duvalier ao poder – e 1963, 6.800 haitianos foram para os Estados Unidos com visto de imigrantes e outros 27.300 com visto temporário. Entre o ano da autoproclamação em 1964 até o ano da sua morte em 1971, os serviços de imigração estadunidense registraram 40.100 imigrantes e 100.000 não-imigrantes oriundos do Haiti (AUDEBERT, 2012, p. 26-27).

Nas décadas de 1960 e 70, a maioria deles era formada por profissionais e intelectuais instalados em Nova York. Depois, a presença haitiana com esse perfil se estendeu para Boston, Chicago, Miami, Montreal e Quebec no Canadá¹¹ e em países africanos francófonos, particularmente Senegal, Benin e República do Congo. A instalação da ditadura provocou um duplo efeito: 1) o surgimento da repressão política generalizada nos meios urbanos e rurais com a criação da milícia “Voluntários da Segurança Nacional”, conhecida popularmente por *Tontons Macoutes*; 2) a degradação acentuada das condições de existência do conjunto das camadas sociais da população.

No tangente à região caribenha, segundo Ermitte St. Jacques (2011, p. 96): A “migração haitiana para Bahamas iniciou em meados da década de 1940, quando as empresas ligadas à agricultura e as madeireiras começaram o recrutamento para atender a escassez da mão de obra nesses setores de trabalho. Depois de esforços de recrutamentos iniciais, trabalhadores haitianos começaram a migrar por conta própria”. Na década de 1950, os pescadores do norte e noroeste do Haiti alcançavam Bahamas, Grand Turck e Caicos por curtas temporadas em embarcações precárias construídas pelos próprios viajantes.

9 As relações entre os dois países pioraram a partir de 1986, quando o Governo de Joaquín Balaguer assumiu a presidência, autorizando a deportação de todos os haitianos indocumentados, menores de 16 anos e os que tinham mais de 60 anos de idade. Aproximadamente 35.000 foram repatriados, além dos que saíram por conta própria pelo medo de serem deportados. O Governo dominicano foi denunciado várias vezes por organizações internacionais como Americas Watch, ACNUR, Organização Internacional do Trabalho (OIT); por instituições religiosas, associações de migrantes e a própria Organização das Nações Unidas (ONU) por violações dos direitos humanos, particularmente pelas condições precárias de trabalho, de vida e pela problemática da nacionalidade dos descendentes de migrantes haitianos indocumentados nascidos no território dominicano, sem direito à nacionalidade reconhecida pelo Governo, mesmo sendo garantida pela Constituição do país. Sobre discriminação dos haitianos na República Dominicana, particularmente nos *bateys* (plantações de açúcar), ver os trabalhos de Samuel Martínez (2011).

10 Em 1940, os haitianos eram aproximadamente 5.000, particularmente em Nova York (ICART, 1987, p. 37).

11 Desde a década de 1930, alguns estudantes haitianos, particularmente seminaristas e agrônomos iam para Quebec realizar os estudos. Durante a década de 1950 e início de 60, houve mudanças no perfil migratório: eram músicos que levavam os ritmos antilhanos para o local. Na segunda metade da década de 1960, houve um grande êxodo de haitianos para o Canadá, particularmente Quebec, fugindo da ditadura. Segundo Icart (2004, p. 1), “muitos foram convidados para ocupar cargos importantes pela grande expansão dos serviços sociais, de saúde e de educação. [...] Havia mais de duzentos médicos haitianos em Quebec e quase mil professores”. Na década de 1980, um programa especial do Governo de Quebec concedeu o estatuto de imigrante a 4 mil haitianos que já estavam no local. Em 2001, a população de origem haitiana era estimada em 90 mil, constituindo 90% da presença haitiana no Canadá (idem, p. 1).

Nas décadas de 1960 e 70, muitas pessoas originárias do meio rural, da classe baixa, começaram a se instalar nas referidas ilhas caribenhas tornadas espaços migratórios haitianos.

Audebert (2012, p. 49) mostra que “os estrangeiros ocupam 30% dos 28.000 empregos não qualificados da economia bahamiana, particularmente nos setores de turismo, construção civil e agricultura”. Os haitianos são estimados entre 40.000 a 70.000 nas Bahamas, incluindo os supostos indocumentados e os filhos nascidos na ilha que somente aos 18 anos têm o direito de solicitar a nacionalidade bahamiana. Desde 1963, as autoridades do país iniciaram a prática de deportação de haitianos indocumentados. Nas últimas décadas, a média de deportação deles atingiu 6.000 anualmente.

Coincidentemente, no mesmo ano, em 1963, chegaram os primeiros haitianos à Guiana Francesa com Blan Lily – como era apelidado o francês Lucien Ganot, dono de uma usina no Vilarejo de Pernerle no sul do Haiti – para trabalhar nas plantações de bananas no Departamento ultramarino¹². Tal acontecimento explicaria o porquê, na Guiana, da forte presença de haitianos originários do sul e sudeste do país. Muitos dos já residentes na Guiana aproveitavam para ir à França. Nessa mesma década, alguns já instalados na Martinica e em Guadalupe, foram ao Suriname trabalhar em indústrias de plantações de banana. Posteriormente, o país tornou-se um lugar de trânsito para alcançar a Guiana Francesa (LAËTHIER, 2011b; HANDERSON, 2015a).

No final da década de 1960, na França, segundo Bastide, Morin e Raveau (1974, p. 13), “os haitianos eram estimados em 100 pessoas e, na primeira metade da década de 1970, o número cresceu para 400, entre eles, 70% eram estudantes”. De acordo com os referidos autores, “tanto esses estudantes quanto o restante de profissionais e intelectuais fugidos do regime de François Duvalier, eram originários da burguesia ou da classe média do meio urbano do país de origem” (idem, p. 13). O número aumentou significativamente na década seguinte e, em 1982, os censos do INSEE estipularam além de 5.000 haitianos, alcançando mais de 20.000 na década de 1990 (DELACHET-GUILLON, 1996, p. 66).

O fenômeno do *boat people*¹³ teve seu auge nesse segundo fluxo migratório de 1977 a 1981 quando 50.000 a 70.000 haitianos chegaram vivos às costas da Flórida, tendo morrido muitos nesse mesmo período em alto mar. As embarcações naufragaram por problemas técnicos e, em outros casos, os próprios agentes norte-americanos afundaram os barcos, matando milhares de haitianos que tentavam alcançar Miami (STEPICK, 1992). Nesse contexto, insere-se a mobilização de diversos militantes e instituições religiosas, políticas e associativas em prol dos direitos humanos desses sujeitos como o *National Council of Churches* (organização religiosa nos Estados Unidos), o *Black Caucus* (organização representante dos negros americanos no Congresso) e o *Haitian Refugee Center* (Centro de Refugiados Haitianos)¹⁴.

Um terceiro fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se na primeira metade da década de 1990. No contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, aproximadamente 46.000 *boat people* foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de Guantânamo Bay em Cuba. Alguns ficaram presos por mais de um ano. Finalmente, “72% dos 36.596 interrogados pelos Serviços de Imigração (sigla em inglês: INS) nessa base tiveram o pedido de refúgio indeferido e, conseqüentemente, foram conduzidos ao país de origem” (LITTLE, 1997, p. 3).

De acordo com Wooding e Moseley-Williams (2009), mais de 100.000 haitianos deixaram o Haiti na época da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, no ano de 1991. Alguns se dirigiram para os países vizinhos, cruzaram a fronteira da República Dominicana de ônibus, enquanto outros navegaram para Guantânamo, Cuba e os Estados Unidos. Dos países onde os haitianos solicitaram refúgio (Estados Unidos, República Dominicana,

12 Para mais informações sobre as dinâmicas migratórias haitianas na Guiana Francesa, ver os trabalhos de Piantoni (2009), Lãethier (2011a) e Handerson (2015a).

13 A maioria dos *boat people* saía do norte e noroeste do país em embarcações precárias, improvisadas e construídas pelos próprios navegadores. *Boat people* refere-se aos viajantes haitianos embarcados em direção a Miami ou às Ilhas caribenhas como Bahamas, Grand Turck, incluindo Cuba, dentre outras, para alcançar Miami. Quando Bahamas se tornou independente, em julho de 1973, o Governo do país iniciou uma campanha de expulsão dos haitianos e as políticas migratórias se tornaram cada vez mais restritivas. Nesse período, alguns deixaram o local e aproveitaram para alcançar Miami em embarcações precárias, como *boat people*.

14 Para saber mais sobre os programas americanos associados aos *boat people*, ver o texto de Laurent Dubois (1998).

Guadalupe, Guiana Francesa e Bahamas) na época, alguns negaram-lhes o estatuto de refúgio. Os governos consideravam tratar-se de imigrantes econômicos, à exceção daqueles que conseguiam comprovar sofrerem perseguição por razões políticas, étnicas ou religiosas conforme estabelecido pela Convenção de Genebra.

O quarto registro de fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se a partir de 2010. Diante dos diversos tipos de insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro do referido ano, a mobilidade haitiana ganhou especial significância, volume e crescimento de novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional.

Em decorrência do terremoto, houve um duplo movimento: algumas pessoas se deslocaram em direção ao meio rural, mesmo aqueles sem nunca terem residido no interior do país. Outros aproximadamente 350.000 (AUDEBERT, 2012) que dispuseram de recursos variados, decidiram partir para o exterior. É nesse contexto, que se situa a chegada de centenas de pessoas de nacionalidade haitiana, em janeiro de 2010, pela fronteira Brasil, Colômbia e Peru, particularmente na Cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas e, posteriormente, no mesmo ano, pela fronteira Brasil, Bolívia e Peru, na Cidade de Brasileia, no Acre.

GÊNESE DO GRANDE FLUXO MIGRATÓRIO DE HAITIANOS NO BRASIL

Quando alcancei a Tríplice Fronteira – Brasil, Colômbia e Peru –, em janeiro de 2012, havia aproximadamente dois mil haitianos no local e já eram passados dois anos desde a vinda deles por esse circuito. Na segunda semana de fevereiro de 2010, chegara um primeiro grupo de doze haitianos: quatro mulheres (duas menores de dezesseis e dezessete anos) e oito homens pedindo ajuda. A população local já conhecia o trabalho da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga¹⁵ e, quando eles aportaram, após passarem pelo Peru, querendo ser acolhidos, as pessoas disseram: “*Aqui quem acolhe os migrantes e refugiados é Padre Gonzalo*”. Este entrou então em contato com o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) sediado em Brasília, informando a presença de alguns haitianos na cidade pedindo refúgio e recebera orientação para levá-los à Polícia Federal (PF), com o intuito de iniciar os procedimentos burocráticos¹⁶.

Uma semana depois da chegada desses primeiros, vieram mais 20 após 30 e assim, em maio de 2010, já 150 haitianos moravam em Tabatinga. As mulheres dormiam dentro da Igreja: de noite tiravam os bancos para fora e de dia eles eram recolocados; os homens dormiam no salão da Igreja. Lá os haitianos fizeram entrevistas, receberam o “protocolo” – documento legalizador da situação estrangeira no país –, no qual se mencionava solicitação de refúgio¹⁷.

Os agentes estatais não esperavam um número tão expressivo, pois a vinda dos primeiros era considerada um caso isolado. Como os haitianos diziam para os agentes da Pastoral que a sua intenção era ir à Guiana Francesa, então, era pouco provável imaginar que, em tão pouco tempo, a região se tornaria uma porta de entrada para a futura instalação de

15 Em 2005, foi criada a Pastoral da Mobilidade Humana na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, a partir de uma parceria entre três Igrejas fronteiriças localizada cada uma num desses países. No entanto, a Pastoral da Mobilidade Humana no Brasil já havia sido criada anteriormente pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Até então, antes da chegada dos haitianos, as ações da Pastoral na Tríplice Fronteira eram voltadas à questão dos fluxos migratórios na região entre peruanos, colombianos, brasileiros e pessoas vindas de outros lugares do mundo, particularmente do continente africano. Entre outras ações, fora criada uma casa de acolhida, além dos atendimentos aos carcerários de diferentes nacionalidades.

16 Nos trabalhos de Rosa Vieira (2014, p. 20), Marília Pimentel e Geraldo Cotinguiba (2014, p. 78) aparece o primeiro registro em 14 de março de 2010, dos primeiros haitianos chegados pelo Mato Grosso do Sul (MS), fronteira com Bolívia. Então, a vinda dos haitianos em fevereiro de 2010, pela Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, particularmente em Tabatinga, é um pouco anterior ao registro de Mato Grosso do Sul.

17 Os primeiros haitianos desembarcados, devido à intenção da maioria de ir à Guiana Francesa, não pediam

uma comunidade haitiana tão expressiva no Brasil, atualmente avaliada entre 60 a 65 mil pessoas. Aproximadamente 7 mil desses passaram pela fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, pelo Amazonas entre 2010 e 2012; 40 mil pela fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru, pelo Acre entre 2010 e 2015, e os demais chegaram pelos aeroportos brasileiros – especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, e Brasília – com o visto solicitado na Embaixada do Brasil em Port-au-Prince.

Os dados etnográficos sugerem que a chegada dos primeiros na região da Amazônia aparece ligada à Guiana Francesa, pois boa parte não pretendia ficar no Brasil. De acordo com os meus interlocutores e os coordenadores da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga, inicialmente, a Tríplice Fronteira e o Brasil em si eram uma espécie de corredor, uma etapa para chegar ao Departamento ultramarino francês, embora muitos tenham permanecido no Brasil. Posteriormente, a partir de 2012, outros vinham diretamente para o país, alguns com o *visto humanitário* e no quadro da reunião familiar – como categoria burocrática a que os viajantes tiveram de se adaptar também – solicitada à Embaixada brasileira em Port-au-Prince¹⁸.

A partir dos formulários preenchidos em Manaus e Tabatinga (totalizando 445), coordenados pela Pastoral da Migração, em 2012, verifica-se estarem 63% entre 21 a 33 anos. Quanto a esses últimos, 51% tinham menos de 30 anos; 26% entre 34 a 41 anos e seis por cento entre 42 a 48 anos, mas isso não significa não existirem exceções, como um homem de 47 anos ou uma senhora de 62 anos. No referente ao estado civil, 56% se declaravam casados (incluindo união estável), enquanto 40% diziam ser solteiros.

Os 14% com curso superior estudaram Direito, Enfermagem, Farmácia, Ciências Contábeis, Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo, Teologia, Ciências Informáticas, Veterinária, Ciências da Educação/Normal Superior etc. No Ensino Médio, 59% o completaram e no Ensino Fundamental, 27%. Comparativamente à população total de Haiti, esse universo pesquisado tem boa formação educacional. Segundo os Dados do *Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique* (2003), o grau de analfabetismo da população com 10 anos ou mais é de 61% em todo o país: os homens representam 63,8% e as mulheres 58,3% no meio urbano, sendo 80,5% contra 47,1% no meio rural. Entretanto, de acordo com a investigação realizada pelo Observatório Migratório Internacional (OBMigra) em Brasília, coordenado por Leonardo Cavalcanti e coautores, houve o aumento da presença de haitianos classificados como *analfabetos*,

No tocante ao grau de instrução dos haitianos com vínculo de trabalho formal no Brasil, ocupam o primeiro lugar aqueles com *Ensino Médio Completo*, que representavam 39,4% do total em 2011, passando para 30,8% em 2012 e 32,5% em 2013. Este segmento manteve crescimento proporcional razoavelmente estável de 2011 para 2012 (295,6%) e para 2013 (273,6%). Cresceu também a presença de indivíduos com *Ensino Fundamental Completo*, de 17,7% do total em 2011 para 20,7% em 2013. Cresceu significativamente a presença daqueles com educação do 6º ao 9º ano incompleto do *Ensino Fundamental*, que eram 8,6% em 2011, passando para 11,7% em 2012 e

visto na Embaixada brasileira no Haiti para ingressar no Brasil. Mas, para passar pelo Brasil e ir ao Departamento ultramarino era necessário ter visto brasileiro, e também, para aqueles que desejavam ficar no país, porque, dentre eles, alguns queriam permanecer no Brasil. Foi a partir dessas experiências que começaram os primeiros questionamentos dos agentes do Governo de como poderiam proceder para criar um novo dispositivo legal para receber os haitianos não na condição de refugiados porque CONARE e ACNUR já diziam não serem considerados refugiados, de acordo com o conteúdo da Convenção de Genebra de 1951. Nessa época, (até a presente data), para receber um visto de residência no Brasil, o candidato deveria cumprir certos requisitos: a) ser cônjuge de um cidadão brasileiro ou residente permanente no Brasil; ou b) ser membro imediato (dependente) da família de um cidadão brasileiro ou residente permanente no Brasil. Os haitianos vindos na época não se enquadravam nesses requisitos. Com a Resolução de 97/2012, o Governo simplificou a forma de acesso dos haitianos a um visto permanente no Brasil, e aumentaram significativamente os pedidos na Embaixada brasileira no Haiti. Por conseguinte, o processo de análise da documentação e da entrega dos vistos começou a demorar mais tempo do que antes de 2011 e 2012. Isso, de alguma forma, contribuiu para os novos candidatos optarem por realizar viagens clandestinas até as fronteiras brasileiras, particularmente no norte do país e, conseqüentemente, solicitar o visto permanente brasileiro nos estabelecimentos da Polícia Federal nos municípios fronteiriços e não na Embaixada brasileira no Haiti, pois o processo demora atualmente entre cinco a oito meses para análise e recebimento do visto.

18 “Desde fevereiro de 2010, o protocolo recebido na PF pelos haitianos chegados às fronteiras brasileiras sem visto exigido pelo Governo do país, mencionava a solicitação de refúgio, mas, a partir de maio do mesmo ano, não eram considerados refugiados. A fim de criar um novo dispositivo legal para acolher os haitianos vindos ao Brasil sem os vistos exigidos, o Governo brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, promulgou, em 12 de janeiro, a Resolução Normativa nº 97/2012, criando um *visto humanitário* até então não existente na legislação brasileira. Inicialmente, a Resolução permitia duas leituras: a produção de uma possibilidade de legalização dos haitianos no país e, ao mesmo tempo, a restrição da chegada de novos migrantes” (HANDERSON, 2015a, p. 33-34).

15,8% em 2013. Houve, ainda, o aumento da presença de haitianos classificados como *analfabetos*, de 979,1% de 2012 para 2013 (DUTRA, et al, 2015, p. 59)¹⁹.

Nos dados coletados pela Coordenação da Pastoral da Mobilidade em Tabatinga, os homens representam 84%, as mulheres 16%²⁰ e os menores de idade 0,4²¹. A partir de março de 2012, diminuiu o ritmo da chegada de haitianos em Tabatinga, mas novas turmas continuam até a presente data, particularmente no estado de Acre em Brasileira²². No universo pesquisado, a maioria tinha por procedência o meio rural, incluindo os dez diferentes departamentos da divisão geográfica do Haiti. Além de ter preenchido nos formulários que nasceram no meio rural, também, saíram de lá quando decidiram realizar a viagem. Assim como há alguns que se diziam ter nascidos no meio rural, mas residiam em Port-au-Prince há alguns anos.

A maioria dos meus interlocutores vindos diretamente do Haiti constituiu a multipolaridade da migração entre o oeste e o centro, Port-au-Prince, Croix-des-Bouquets, Léogâne, Ganthier, Fond-Parisien e Gonaïves, e também, entre o sul e o sudeste, Jacmel, Aquin, Les Cayes, Fond-des-nègres e Miragoâne. No entanto, observei um grupo pequeno de Cap-haïtien, do norte. Eram poucos os vindos do norte do país, visto a maior parte da mobilidade dos haitianos do norte ser orientada mais em direção à República Dominicana, Porto Rico, Cuba, Martinica, Guadalupe, Bahamas, Grand Turck, França, Canadá e Estados Unidos, particularmente Miami, Nova York e Nova Jersey. Cabe salientar que os do sul também vão a esses últimos lugares.

No final de 2011, houve um processo de urbanização da mobilidade haitiana para o Brasil: o fato de as pessoas de Port-au-Prince, da Capital do país, e também de Gonaïves e de Croix-des-Bouquets começarem a investir na viagem para esse país. Mas isso não significa que, antes desse período, não havia um pequeno grupo dessas localidades. No início de 2012, entre os meus interlocutores, três de cada seis pessoas eram dessas últimas localidades. Isso chama a atenção para a extensão social do processo de mobilidade

Interessa observar, que inicialmente, a maioria não era da capital, Port-au-Prince, ou das outras Comunas (Leogâne, Carrefour, Delmas etc), onde ocorreu o terremoto em janeiro de 2010. No entanto, independentemente de o terremoto ter sido ou não a razão da vinda de boa parte deles para o Brasil, é evidente que uma tragédia da dimensão como foi, teve impacto na vida das pessoas e pode ter precipitado a decisão de sair e impedido os planos de outros afetados que pensavam migrar e não puderam fazê-lo. Mas, também é importante salientar que a mobilidade é um fenômeno antigo e estrutural entre os haitianos. Ela é constitutiva do mundo social haitiano. É quase impossível encontrar uma casa no Haiti, que não possui algum familiar no exterior.

Os fatores mobilizadores da chegada dessas pessoas ao Brasil são diversos. Ficava claro não serem apenas motivações econômicas, mas também, políticas, educacionais, culturais, estratégias geográficas e sociais, sobretudo. Não pretendo discutir uma por uma, não é o foco do trabalho, mas vale mencionar algumas delas.

Então, quais são os diversos mecanismos que favoreciam aos haitianos virem ao Brasil? Como se constituiu a intenção deles de virem ao país? Do ponto de vista dos interlocutores,

19 Segundo o resultado dos dados do OBMigra baseados no banco de dados do Ministério do Trabalho (MTE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os haitianos, dentre as populações migrantes no Brasil, são os que mais possuem vínculo formal de trabalho, “houve um crescimento de 525,3% de 2011 para 2012 e de 267,4% para 2013 (DUTRA, et al, 2015, p. 58). Pela primeira vez, na história das populações migrantes no Brasil, os haitianos ultrapassam os portugueses que foram por várias décadas a população migrante no país que possuía mais vínculo formal de trabalho.

20 Essas fontes são: a) os dados coletados pela Coordenação da Pastoral da Mobilidade em Tabatinga pela Irmã Patrícia Licandro; b) os formulários da Pastoral da Migração em Manaus, vinculada à Igreja de São Geraldo, e c) os formulários distribuídos por mim nas reuniões da Associação dos Imigrantes Haitianos no Brasil (AIHB).

21 Na minha tese (HANDERSON, 2015a, p. 47-48), utilizo informações quantitativas e qualitativas que permitem analisar: 1) a circulação de homens, mulheres e menores haitianos que passaram pela fronteira Brasil, Colômbia e Peru, entre o mês de janeiro de 2010 e janeiro de 2012; 2) os dados quanto a sexo, idade, cidade de procedência, estado civil e escolaridade dos sujeitos da pesquisa; 3) a cidade de procedência daqueles chegados à Triplíce Fronteira de janeiro a fevereiro de 2012.

22 Desde meados de 2015, houve uma diminuição significativa em relação à chegada de haitianos pelo Acre. Para saber mais sobre os fatores que impulsionaram essa redução, ver a minha entrevista concedida ao MigraMundo, em 22 de fevereiro de 2016. <http://migramundo.com/2016/02/22/dolar-alto-crise-economica-e-xenofobia-afetam-diaspora-haitiana-no-brasil-afirma-pesquisador/>

são diversas as causas e o *leitmotiv* contribuídores dessa escolha:

- 1) inicialmente, o Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França;
- 2) o fato de o Brasil possuir um papel político e econômico importante no cenário mundial atual e, ao mesmo tempo, comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)²³;
- 3) a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos;
- 4) a difusão entre os haitianos (no Haiti e no exterior) de o Governo brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na mão de obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico);
- 5) a propaganda de a imagem do Brasil ser um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador²⁴;
- 6) circular a informação de, no Brasil, o migrante ganharia moradia e alimentação gratuita (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre U\$ 2.000 a U\$ 3.000 mensais.

Somando a tudo isso o acontecimento de 12 de janeiro de 2010, o terremoto foi mais um motivo, dentre outros, a impulsionar a mobilidade haitiana para mais um lugar que até então demonstrava, aos olhos internacionais, “estar comprometido” no cenário político, econômico, educacional, da “estabilização” e do “desenvolvimento do Haiti”, do ponto de vista dos representantes dos governos haitiano e brasileiro²⁵.

Segundo os meus interlocutores, após o terremoto, mesmo as pessoas não afetadas diretamente por ele já estavam numa crise no Haiti que piorou do ponto de vista social e humanitário. Nas palavras de Gerard, conhecido em Tabatinga: “A miséria aumentou” (*Mizè a ogmante*). Os censos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Inter-American Development Bank (CAVALLO; POWELL E BECERRA, 2010, p. 3) mostram que entre 200.000 a 250.000 pessoas morreram devido ao terremoto e aproximadamente 500.000 se deslocaram da Capital Port-au-Prince onde a maioria foi afetada, para ir às

23 Além do crescimento econômico de 0,9% em 2012, o país ocupou o ranking da sexta economia mundial em 2013. A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que tem como objetivo a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, também joga um papel importante na visibilidade internacional do Brasil. Este país nunca foi desconhecido pela população haitiana. Há décadas, o país sempre foi familiar ao universo haitiano, particularmente pelo futebol, pela música, pelo samba, pelas suas novelas e carnavais cariocas transmitidos nas televisões haitianas. Frequentemente, as gerações mais velhas lembram à ida do Pelé ao Haiti em 1978. Há um ditado no país caribenho que diz, “Os haitianos são mais brasileiros do que os próprios brasileiros”, visto mais de 60% da população torcer pela seleção brasileira de futebol. Esse fato pôde ser observado em 18 de agosto de 2004, na ocasião do “Jogo da Paz”, a partida amistosa de futebol realizada no Haiti com um dos objetivos do Governo brasileiro, dentre outros, de ganhar o cenário político internacional, mostrando a sua potência promissora para, conseqüentemente, realizar a Copa do mundo em 2014 no país. Do ponto de vista empírico, nenhum dos meus interlocutores associavam a vinda deles ao Brasil devido à atuação brasileira no comando da MINUSTAH no Haiti, a qual atua, particularmente em Port-au-Prince onde está concentrada a maioria das tropas, e ainda, nem em toda a Capital, mas sim em algumas áreas específicas. Não há dúvida de a atuação brasileira na missão ter tornado o Brasil mais familiar no universo haitiano, através dos diferentes projetos desenvolvidos, além da presença de outras organizações brasileiras como Viva Rio. Contudo, também não há evidências empíricas de o Brasil se tornar um dos circuitos da mobilidade haitiana pela presença das tropas brasileiras no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) criada em abril de 2004 (mesmo ano do Jogo da Paz). A MINUSTAH é composta de tropas de cerca de 21 países, incluindo Espanha, Guatemala e os vizinhos brasileiros: Paraguai, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina. Ademais, os dados desta pesquisa evidenciam que a maioria dos vindos para o Brasil não são originários e tampouco saíram de Port-au-Prince quando realizaram a viagem, o local de atuação das tropas brasileiras. Boa parte dos haitianos chegados ao Brasil entre 2010 e 2012 nem residiam no Haiti quando decidiram vir para esse país: eram de procedência da República Dominicana, Equador, Cuba e Chile.

24 Nas palavras de um interlocutor que residia na República Dominicana quando decidiu ir à Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru: “Pode ser intelectual, pode ter dinheiro ou ser bonito, basta ser haitiano, eles (os dominicanos) te tratam como lixo”. A discriminação racial foi o motivo de deixar o país para vir ao Brasil. Ele fala seis línguas e trabalhava no setor do turismo na República Dominicana, ganhando entre U\$ 1.000 a 1.500 mensais. De acordo com ele: “Brasil é um país em desenvolvimento, teria oportunidades de emprego e as pessoas não seriam tão ignorantes quanto os dominicanos”.

25 Em fevereiro de 2012, na ocasião da visita oficial da Presidente Dilma Rousseff a Port-au-Prince no Haiti, ela afirmou: “Como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil”. Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120131_haiti_dilma_jf.shtml Acessado em 25 de junho de 2013

regiões do interior do país e outros 300.000 emigraram para outros países²⁶.

Quais são e de que modo se constituíram os circuitos da mobilidade haitiana para o Brasil? Estes se referem aos lugares percorridos, vividos e praticados pelas pessoas entre diferentes polos do espaço da mobilidade internacional. Os circuitos da mobilidade devem ser entendidos a partir da circulação dos bens, das pessoas e da informação entre diferentes polos e suas implicações sobre a construção dos espaços sociais.

Do ponto de vista etnográfico, a trajetória dos meus interlocutores, mostra que os primeiros chegados à Tabatinga saíram do Haiti, passavam na República Dominicana com escala em Panamá. Depois, iam ao Equador, à Lima, no Peru, de Lima a Iquitos, de lá para Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outros deixavam Haiti, faziam escala em Panamá, iam direto para Peru até a Tríplice Fronteira. Há também vários itinerários e circuitos diferentes: alguns saíam de Port-au-Prince diretamente a Lima, no Peru; de lá para Iquitos; depois, para Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outros passavam por Peru, Bolívia até a fronteira com o estado do Acre. A rota que utilizavam parecia estar relacionada às condições econômicas, ao nível de instrução, às redes sociais e migratórias e ao local de procedência.

Mapa 4: As flechas indicam os circuitos da mobilidade haitiana em direção ao Brasil e à Guiana Francesa



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps.

Interessa observar o conjunto dos espaços percorridos pelas pessoas, para além das fronteiras. Esses espaços da mobilidade compreendem o conjunto dos lugares da vida deles, não como uma sucessão de espaços às fronteiras delimitadas, mas como uma pluralidade de campos, ao mesmo tempo autônomos e articulados, nos quais os papéis desses sujeitos haitianos aparecem de maneira mais eficaz na dinâmica da mobilidade.

26 Esses dados devem ser problematizados, visto não haver consenso entre as agências que produzem os censos no tangente ao número de mortos pelo terremoto, e tampouco, os deslocados para as regiões do interior do país, bem como para o exterior. Mas, de qualquer maneira, eles são importantes na medida em que mostram o quadro de destruição e as pessoas afetadas. <http://www.irinnews.org/fr/report/88202/ha%C3%8Fti-l-%C3%A9migration-pour-fuir-les-catastrophes-et-la-diaspora-pour-faire-marcher-l-%C3%A9conomie> Acessado em 15 de dezembro de 2014

Uma das singularidades da mobilidade haitiana no Brasil é o seu atingir rápido os estados geográficos. Em quatro anos, os haitianos já estão em aproximadamente 15 estados dos 26 existentes, além do Distrito Federal. Geralmente, para os grandes centros do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul etc. A difusão espacial da mobilidade haitiana no país merece uma análise aprofundada. A minha hipótese é terem as lógicas das redes de trabalho e os contratos de empresas das diversas regiões brasileiras, influenciado e impulsionado essa difusão.

A opção dos haitianos pelas metrópoles não é uma especificidade haitiana e tampouco acontece somente no Brasil. A mobilidade haitiana nos Estados Unidos, também é mais orientada, notadamente pelos grandes centros Miami, Nova York e Boston. Importa ressaltar a importância das grandes metrópoles na organização do espaço da mobilidade haitiana. Ela se traduz pelos seus papéis preponderantes na instalação de novos migrantes, mas também pela facilidade de trânsito e de circulação em outras cidades menores localizadas na região polarizada pelas metrópoles. Tal como pode ser observado em São Paulo, alguns se deslocaram da capital para trabalhar e residir em Sorocaba. E da mesma forma, no Rio Grande do Sul, alguns ficaram na Capital, em Porto Alegre e outros foram para as cidades vizinhas como Viamão, Gravataí, Canoas, Bento Gonçalves etc. É procurando compreender a mobilidade haitiana orientada para as metrópoles, que se situa a discussão acerca da presença de haitianos em Brasília, no Distrito Federal.

A PRESENÇA DE HAITIANOS NO DISTRITO FEDERAL

Em 2011, aumentou significativamente a presença de pessoas de nacionalidade haitiana no Distrito Federal (DF). Estes estavam em diversos bairros, mas tinham-se concentrado nos lugares como Paranoá e Varjão do Torto²⁷. Na ocasião da pesquisa do OBMigra com os haitianos em 2015, em Brasília, alguns já completavam quatro anos no local e outros eram recém-chegados. Viviam em apartamentos, quartos e casas nas quais havia entre duas a três pessoas. Eram poucas as residências nas quais apenas um haitiano vivia. A maioria dividia o local com outros haitianos, pais, irmãos, primos, amigos ou conhecidos, particularmente por razões financeiras, pois preferiam dividir o espaço com outros para diminuir os custos da hospedagem.

A experiência de morar em coletivo expõe os laços de solidariedade e assistência mútua entre esses migrantes. Não eram apenas as refeições preparadas em comum, as próprias despesas acarretadas por essas refeições e, às vezes, os produtos de higiene (sabonete, pasta de dente etc) eram utilizados e pagos em comum, além do orçamento da residência alugada e as despesas de água e luz. A divisão do espaço de moradia levou-os a se submeterem a algumas regras de despesas.

Os dados da pesquisa sugerem que a maioria dos haitianos no DF é homem e possui mais de 30 anos de idade, pois, boa parte dos interlocutores possui entre 30 a 50 anos. A cada 10 haitianos entrevistados na pesquisa, 1 possuía curso superior (in)completo, 2, segundo grau (in)completo, 5, primeiro grau (in)completo e 2 se consideram analfabetos.

Os interlocutores já possuíam alguma rede familiar e ou de amigos no DF quando decidiram realizar a viagem para essa localidade. Antes de realizar a mesma, alguns já residiam em outros estados do Brasil, como Amazonas, Acre, Goiânia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, saíram desses lugares para ir ao DF a procura de trabalho. A maioria chegou pelos estados do Acre (Brasileia) e Amazonas (Tabatinga), solicitaram o visto na Polícia Federal dos respectivos estados. Entre eles, um grupo chegou pelos aeroportos brasileiros, especialmente pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, com visto solicitado desde Haiti, na Embaixada Brasileira em Port-au-Prince.

Interessa analisar, – da mesma maneira como foi observado, em relação aos haitianos chegados a Tabatinga – aqueles residentes no DF também não saíram do Haiti pela primeira vez, todos os 37 haitianos entrevistados pelo OBMigra, antes de virem para o

²⁷ Antes do ano de 2011, havia haitianos residentes no DF, mas eram executivos da Embaixada do Haiti em Brasília e alguns estudantes e profissionais.

Brasil, já residiram na República Dominicana ou já estiveram nesse país como turista. É o caso de Cenel e de Exan, entre outros, que moraram, respectivamente, 15 e 20 anos na República Dominicana. Segundo esses interlocutores, “Brezil ouvè” (Brasil está aberto), diferentemente da República Dominicana, onde viviam e que os haitianos em situação indocumentada eram e continuam sendo deportados diariamente²⁸. Nas suas narrativas, aparece muito caso de racismo vivenciado por eles nesse último país.

Desde 2010, as políticas migratórias de abertura do Governo brasileiro em relação às pessoas de nacionalidade haitiana, muito contribuíram para os viajantes tomar a decisão de vir para o Brasil. Segundo Wesley,

O Canadá também estava aberto, no entanto teria que estar com os requisitos, visto, tudo, entendeu? Mas aqui, não precisava disso, quando você chega, eles dão todos os documentos provisórios, entendeu? E depois você entra e começa a trabalhar, mas no Canadá precisava ter os documentos, chegando lá você tem que ter um documento para trabalhar que é diferente do Brasil, você chega, eles dão um documento mesmo que seja provisório, você consegue trabalhar, entendeu? Mas no Canadá, precisava ter o visto, precisava ter também um familiar que mora lá, é fácil também, mas não tanto como o Brasil fez. Muita gente veio aqui porque nós haitianos, eu tenho que dizer isso, nós temos sede de viajar, nós temos essa sede de sair do nosso país. Quando a gente escuta “viajar”, pode ser para Guiana, pode ser para Santo Domingo, o haitiano vai. Pode ter a casa, vai vendê-la, vai vender a vaca dele, vai vender tudo que possui como se fosse uma pessoa que nunca mais vai voltar para o país, tudo isso só para viajar, ele não quer saber o que vai encontrar na frente (Junho de 2015, Brasília).

O leitmotiv que os levaram a virem para o Brasil, também está ilustrado na trajetória de Joceline, de 52 anos. Ela reside no Paranoá com um de seus filhos, chamado Wesley. Tentou vir para o Brasil uma primeira vez, havia juntado dinheiro, mas foi deportada no Equador. A segunda vez vendeu sua casa no Haiti para novamente, investir na viagem. Durante o grupo focal, quando perguntada sobre o motivo de vir para o Brasil, Joceline diz, “Para mim tem duas razões, por causa do terremoto e porque o haitiano gosta de viajar” (Junho de 2015, Brasília). Logo em seguida, Wesley, filho de Joceline solicitou a palavra e disse,

É sobre isso que eu iria falar, Brasil abriu a porta por causa do terremoto, mas o haitiano não viaja por causa do terremoto. O haitiano tem um mito na cabeça dele, o mito é: se viajar vai ter uma vida melhor, entendeu? Pode fazer esse teste, posso te mandar no Haiti, você pode passar a sua vida inteira procurando uma pessoa que não quer viajar, você não vai achar. Todo mundo quer viajar (Junho de 2015, Brasília).

Wesley também acrescentou:

Tem gente no Haiti que não vai viajar, tem alguns que eu conheço que não vão viajar. Viajar para o haitiano, não é porque ele tem uma loucura para viajar, mas está procurando uma vida melhor para si e para os familiares, ele tem uma necessidade. Tem um monte de coisas que o governo não oferece para ele e acho que todo haitiano que chegou aqui (no Brasil), mesmo que o país não seja do jeito que estava esperando, acho que ele não pode se arrepender de ter viajado para cá. Não acho que o haitiano tenha uma loucura para viajar, acho que ele está mais a procura de uma vida melhor, da mesma forma que o brasileiro também viaja, ele vai para um país melhor a procura de

28 Como foi possível observar na primeira parte do texto, a República Dominicana é um dos primeiros países junto com Cuba onde se iniciou a emigração haitiana no início do século XIX. No entanto, há nesse país uma forte discriminação racial contra os haitianos residentes em território dominicano. Isso se evidencia nas crises diplomáticas desses dois países ao longo da história política de ambos. Somando a sucessão de atos de violação de direitos humanos dos haitianos nesse país, em 2013, o Tribunal Constitucional negou a nacionalidade e a documentação de identidade aos filhos de haitianos nascidos na República Dominicana. Esta pesquisa sugere que a quantidade expressiva de haitianos chegados à região Amazônica que residiam na República Dominicana quando decidiram realizar a viagem está associada a esses acontecimentos, pois muito contribuíram para que os haitianos na República Dominicana seguissem a viagem para países como Equador, Chile, especialmente Brasil. Para mais detalhes, ver http://www.el-nacional.com/mundo/Republica-Dominica-nacionalidad-descendientes-haitianos_0_286171544.html Acessado em 14 de abril de 2014.

A mobilidade, do ponto de vista de alguns desses interlocutores, era percebida como um modo de vida, um modo de ser e de estar no/com o mundo. Os espaços vividos, percorridos, habitados, eram marcados por essas pessoas em movimento, pelo conjunto de bens, de ideias, de valores, de línguas, de costumes, de competências e de artefatos que eles mobilizavam na circulação. Estes possuíam papéis e documentos de mais de um país para facilitar os deslocamentos, constituindo o poder-circular.

Assim, dizer que a mobilidade é constitutiva de boa parte da vida dos haitianos no Brasil, não significa afirmar que todos os haitianos estavam ou estão em mobilidade. Como mostra Wesley, há aqueles que não podiam ou não estavam em mobilidade por diversos fatores, doenças, a falta de recursos (econômicos, familiares, físicos, psicológicos etc), não pertenciam às redes sociais de mobilidades etc. A mobilidade de alguns permite a imobilidade dos outros e vice-versa. Assim como não se pode pensar nos que viajam sem pensar nos que ficam, também não se pode pensar a mobilidade sem a imobilidade. Esta questão sociológica havia sido levantada por Georg Simmel (1908) em relação às pessoas migrantes. Ele discutia os efeitos sociais das migrações nas relações entre grupos móveis e grupos fixos.

As expressões haitianas, *chèche lavi miyò* (tentar uma vida melhor), *chèche lavi lòt bò dlo* (tentar a vida além do mar), *chèche lavi aletranje* (tentar a vida no exterior) expressam muito bem as questões enunciadas por Wesley e Roger. Como explicitado por eles, essa mobilidade e busca por uma vida melhor não se resume apenas à pessoa que viaja, mas também aos familiares que ficam. *Chèche lavi miyò, lòt bò dlo, aletranje* é a busca de uma melhor condição de vida, um melhor salário para garantir à família, um melhor nível de educação, sobretudo, uma moradia digna que se concretiza através da construção de uma casa no Haiti, chamada por alguns de *kay dyaspora* (casa diáspora)²⁹. As palavras de Joceline, Wesley e Roger permitem entender a maneira pela qual se articula a decisão de partir e a organização da viagem, no que tange aos recursos mobilizados, os sonhos, sobretudo, as obrigações e os deveres para com aqueles que ficaram, filhos, irmãos, pais, amigos etc.

Joceline era comerciante no Haiti, comprava roupas (calça jeans, sutiã, camisa) em grande quantidade e vendia no mercado de Croix-des-Bossales em Port-au-Prince. Em 2006, Joceline decidiu ir à República Dominicana, morou durante quatro anos em Santo Domingo, onde também atuava no setor do comércio. Estando no país vizinho, a ideia dela era mandar buscar o filho Wesley para cursar medicina, mas, segundo ela, era difícil conseguir um bom emprego para poder juntar dinheiro e concretizar esse sonho. Em 2010, decidiu seguir para Equador, permaneceu dez meses no local, trabalhando num restaurante. Estando no Equador, uma amiga lhe informou que os haitianos estavam indo para o Brasil e que a vida era melhor lá, por isso, decidiu seguir para Tabatinga. De lá, foi a Manaus, ficou dez meses. Em Manaus, uma colega conhecida no local, que já estava em Brasília lhe informou que no DF, o salário era maior. Por conta disso e do calor, que também não agradava Joceline no Amazonas, rumou a Brasília em 2012, ficou os primeiros meses na casa dessa amiga no Varjão. Depois de um ano mandou buscar seu filho Wesley que atualmente mora com ela.

As redes de familiares, de solidariedade e a circulação de informações dos itinerários entre os viajantes são importantes, permitindo às pessoas criar o seu trajeto e o circuito da mobilidade. Essas trajetórias mostram a complexidade dessas novas figuras de migrantes e em que medida as narrativas dessas pessoas são importantes na análise. A experiência de Joceline e de seu filho Wesley também mostra a importância das redes familiares na dinâmica da mobilidade. Segundo Wesley:

Olha, minha mãe já estava aqui, a razão é a minha mãe. O que eu vou falar não é por nada, o motivo era a minha mãe, não tive uma ideia do Brasil, para mim eu não sabia que o Brasil estava no mapa, sabia que existia apenas no futebol, colocando o Brasil na minha cabeça para viajar, não, minha mãe me deu a ideia, “ok”, eu vim, mas não tinha

29 Na minha tese de Doutorado em Antropologia Social, desenvolvi conceitualmente a noção de “casa diáspora”. Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, ver o capítulo 4 da tese, sobre “Casa diáspora, diáspora da casa” (HANDERSON, 2015a, p. 270-339) e o meu artigo sobre “*Diaspora*. Sentidos sociais e mobilidades haitianas” (HANDERSON, 2015c)

esse pensamento (Junho de 2015, Brasília).

Nem todos que chegaram ao Brasil, contaram com as redes familiares, como evidenciado por Roger,

Quando eu cheguei aqui não tinha ninguém, estava na República Dominicana, sabe, lá tem muita dificuldade, o haitiano não pode trabalhar em qualquer lugar, apenas o pior trabalho que ele consegue arrumar, quando eu comecei a trabalhar, juntei um dinheiro e fui para o Haiti, emprestei mais dinheiro e peguei um avião até o Equador, quando cheguei lá peguei o ônibus até o Peru e de lá entrei pelo Acre. Foi desse jeito que eu vim, mas eu não tinha família aqui (Roger, junho de 2015, Brasília).

A experiência de Joceline, Wesley e Roger permite refletir sobre a economia da viagem. No que se refere às lógicas do financiamento, visto que alguns fizeram empréstimo e contaram com remessas dos parentes e amigos residentes em outros lugares para realizá-la, tal como Joceline enviou dinheiro para financiar a viagem de Wesley. Ela vendeu também, sua casa no Haiti para financiar a sua própria viagem para o Brasil.

Dentre os interlocutores, alguns deixaram para trás empregos (como agentes de turismo, comerciantes, professores, enfermeiros). Outros saíram do trabalho, pegaram o dinheiro guardado no banco ou emprestado por amigos e parentes, entre outras variações e investiram na viagem, com a esperança de encontrar melhores empregos e salários no Brasil.

Como foi destacado por Massey, Alarcón, Durand e González (1987), a migração suscita um processo social que se constrói, a partir das experiências individuais e, que contribui, por sua vez, a reproduzir às condições de movimento para os futuros viajantes. A dinâmica coletiva das lógicas de mobilidade merece uma atenção. Para além das sociais, há várias lógicas familiares no mundo social das mobilidades. Uma série de estratégias é utilizada em algumas famílias, para decidir quem viaja e a ordem dos candidatos à viagem. Uns são escolhidos antes do que outros para viajar. Esse processo não é uma construção mecânica e unidimensional. Para tomar tal decisão, uma variedade de questões é levada em conta pelos que financiam a viagem.

Nesse sentido, concordo com Karen Richman quando a autora afirma que,

A estratégia de longo prazo de uma família para sua segurança coletiva diferencia aqueles que irão migrar daqueles que irão permanecer [...] Um filho ou filha visto como generoso e obediente pode-se esperar que fique para trás, mesmo que essas qualidades pareçam definir o migrante ideal, enquanto que outro seja percebido como incerto, possa ser aquele no qual se investe para partir. Depois de que os migrantes começam a construir sua “garantia” em casa, eles necessitam de outros que estão dispostos a permanecer (no Haiti) para manter seus investimentos e cuidar das crianças que ficaram para trás até que elas possam migrar também (RICHMAN, 2005, p. 71-72).

Um conjunto de corpo social é mobilizado para tomar a decisão de quem deve partir. Por exemplo, o grau de parentesco do candidato, os recursos individuais, sociais e intelectuais possuídos, a conduta, a honestidade, o caráter deste, dentre outros, e o fato do indivíduo, quando chegara *aletranje* (no exterior), se teria condições de ajudar os que ficam. Às vezes, “mandar buscar” (*voye chèche*) algum membro da família é uma forma de diminuir a ajuda econômica (de parte daquele que manda buscar) aos que ficam e para que o recém-chegado se responsabilize pela manutenção de alguns familiares que estão no Haiti. Há um processo de capitalização das experiências do candidato à viagem. O seu estatuto social exerce um papel importante na escolha de quem viaja e quando. Baseando-se nesses aspectos, dentre outros, a observação das lógicas sociais e familiares da mobilidade toma todo seu sentido.

Os interlocutores no DF manifestam o desejo de “mandar buscar” alguns membros da família (pais, filhos, irmãos, esposa e esposo) que ficou no Haiti ou na República Dominicana. Nas palavras de Frantz, “*É muito bom quando a família está por perto, estou sofrendo muito, quando estou pensando no meu filho no Haiti, não o conheço ainda, a*

criança nasceu e eu já tinha saído, pensei muito e é muita tristeza” (Junho de 2015, Brasília). Os dados sugerem que há uma preocupação maior entre aqueles que deixaram filhos para trás para enviar remessas ao Haiti ou na República Dominicana, onde também possuem familiares. Segundo Cenel, *“Eu deixei meu filho no Haiti, quando eu estava vindo minha irmã me ajudou, me deram dinheiro e é por isso que tenho que lembrar sempre deles, se eu ganho R\$ 1.000,00, pode ser R\$ 200 ou R\$ 300,00, tenho que mandar todo mês”* (Junho de 2015, Brasília).

No Haiti, as pessoas costumam dizer ser quase impossível encontrar uma *kay* (casa) ou uma família haitiana que não tenha algum membro *aletranje, lòt bò dlo*, isto é, no exterior. Para os que ficam, “ter familiares” (*gen fanmi*)³⁰ *aletranje* é sinônimo de um dia poder-viajar (*mwen ka vwayaje*) ou poder-partir (*mwen ka pati*). Mas, possuir familiares na diáspora não garante a mobilidade dos que ficam. Isso exige disposições internas (capacidade da pessoa mobilizar as redes) e disposições externas (recursos dispostos ao indivíduo). São duas dimensões essenciais do *capital social* dos candidatos à viagem, mas não são as únicas.

Há uma relação estreita entre as pessoas que partem e as que ficam. Isso incide especialmente nas relações diferenciais entre os maridos que viajam e as mulheres que ficam e vice-versa; entre pais e filhos, tios e sobrinhos. A mobilidade molda as relações internas da família num contexto de circulação. Desde cedo as crianças convivem com a mobilidade dos seus colegas da escola ou dos seus bairros, partindo ou viajando. A mobilidade é constitutiva do cotidiano haitiano.

Como está ilustrado na experiência de Cenel, entre outros interlocutores, as famílias estão presentes desde a organização e os preparativos da viagem até, posteriormente, os envios de remessas e objetos por aquele que foi. A viagem envolve vários agentes próximos, mas fisicamente distantes. O sucesso da viagem depende de várias redes de “contribuintes” que colaboram material, física ou ainda espiritualmente. Tais participações passam a constituir o solo emocional, psicológico e psíquico do viajante. A viagem reforça, reorganiza as redes sociais e familiares. Se, de um lado, o viajante se beneficia de vários apoios materiais, emocionais e espirituais, do outro, tais apoios tornam-se uma pressão social sem precedente.

A ele, é negado imperativamente o fracasso financeiro da empreitada. O envio de dinheiro aos amigos e familiares desempenha subjetivamente algumas funções: manter financeiramente a família; mostrar que o processo de mobilidade está sendo um sucesso; renovar as proteções espirituais que possibilitam um revigoramento emocional e psicológico. Mas, para legitimar o sucesso, deve “mandar buscar” outro familiar como foi observado nas trajetórias de alguns dos interlocutores.

Ficar muito tempo sem mandar nada, passa a ser sinônimo de desonra e de fracasso individual e coletivo (família). Nessa mesma linha de raciocínio, Richman mostra que antes de os migrantes pensarem nos investimentos pessoais no Haiti, construção de casas ou abrir negócios, eles devem dar-se conta de algumas obrigações mais urgentes. Segundo ela,

Antes que os migrantes possam “garantir” a eles mesmos por meio de investimentos na terra natal, entretanto, eles têm que satisfazer obrigações mais urgentes lá. Os migrantes são cobrados a pagar a educação (taxas, uniformes, materiais escolares) de crianças que eles deixaram para trás sob o cuidado de outros e, muitas vezes, a escolarização de seus consanguíneos também – irmãos, sobrinhas e sobrinhos. Como resultado das remessas dos migrantes para a educação, quase todas as crianças em idade escolar de Hamlet frequentam as escolas, que estão se proliferando na área. A educação é um meio de preparar (ou produzir) um parente para a migração futura, e o financiamento de suas passagens é, ainda, outra responsabilidade dos migrantes (RICHMAN, 2005, p. 76).

Tais constatações de Richman estão em sintonia com as palavras dos interlocutores. De acordo com Wesley,

30 De acordo com Louis Herns Marcelin, “a palavra em créole haitiano que designa, parentesco e família, ambos os conceitos analíticos, é *fanmi*. Com variações do rural ao urbano, entre as classes, entre Haiti e a diáspora, *fanmi* é o principal referência que define o universo e a identidade das pessoas. Por extensão, também ela se refere a vários níveis de proximidade e familiaridade – na prática com a capacidade para englobar determinadas formas de relacionalidade social como vizinho, conhecido, amigo, comunidade ou até mesmo, a humanidade comum” (MARCELIN, 2012, p. 257).

Quando recebe o salário aqui, já sabe que tem que pensar na família. Temos que pagar o aluguel, água, luz e também enviar remessas, quase não sobra para Western Union, porque depois de pagar todas as contas, não sobra quase nada. Você liga para a pessoa (no Haiti) e fala que tem apenas isso. Anteontem eu quis enviar US\$ 100 para o Haiti, gastei quase R\$ 400,00, imagina 100 poucos dólares, são R\$ 3.42 por um dólar americano (Junho de 2015, Brasília).

Interessa destacar que, boa parte dos salários desses migrantes vem do setor formal do mercado de trabalho. Os empregos que forneciam um nicho no mercado de trabalho para as mulheres haitianas e têm tido um crescimento permanente eram: empregadas domésticas, babás, funcionárias de restaurantes, particularmente como cozinheiras. Para os homens, o setor da construção civil (ajudante de pedreiro e pedreiro), mas havia aqueles obtidos em restaurantes como garçons ou entregadores de encomendas. O setor com melhores salários mensais era a construção civil, aproximadamente R\$ 1.200 a R\$ 1.500 reais. De acordo com Wesley,

Desde no trajeto (da viagem), falaram (os haitianos) que rola muito dinheiro na construção (pedreiro). A maioria dos haitianos sabe disso, construção aqui dá mais dinheiro, sabemos isso desde o caminho e quando chegamos vimos que era isso mesmo, um haitiano que trabalha como ajudante ganha R\$ 1.500,00, mas quando trabalha em empresas, você ganha um salário mínimo e algum benefício, na construção tem mais benefícios e mais dinheiro (Junho de 2015, Brasília).

Numa perspectiva comparada, James Ferguson (2003) mostra que muitos empresários dominicanos do setor da construção civil em extensão na República Dominicana recorreram à mão de obra haitiana por ser considerada barata. Os dados oficiais revelam que os haitianos representam mais de um quarto da força de trabalho nesse setor. Nas ilhas Bahamas, por exemplo, eles estão “super-representados em três principais setores: serviços à pessoa (por exemplo, babá, jardinagem, cozinheira); à construção civil: à agricultura, totalizando 60% contra 15% do resto da população ativa” (AUDEBERT, 2012, p. 49). De acordo com Ermitte St. Jacques, “a estigmatização dos haitianos nas Bahamas está baseada na situação de pobreza caracterizada pelo emprego servil e habitações precárias” (2011, p. 98). O mesmo autor explica: “O trabalho servil que os haitianos realizam na agricultura, jardinagem, construção, hotelaria e restaurantes é comumente referido como ‘o trabalho dos haitianos’” (idem, p. 98).

Os trabalhos encontrados por esses migrantes quando chegaram ao Brasil não necessariamente eram nos setores nos quais foram formados profissionalmente ou naqueles já trabalharam no Haiti ou nos países onde residiam antes de vir para o Brasil. Alguns eram enfermeiros no Haiti, por sua vez, quando chegaram ao Brasil, trabalhavam como cozinheiros ou no setor doméstico. Como sugere a experiência dos interlocutores, a situação do trabalho se inscreve na lógica de mudança de *status social*. Na origem da sua experiência de mobilidade, há uma decadência socio-profissional resultante das relações sociais. Essa decadência existe pelo fato de realizar um trabalho menos valorizado do que aquele desenvolvido, anteriormente, no lugar de procedência. Além do mais, é uma decadência, visto o setor do trabalho ocupado (o doméstico e a construção), tanto no Haiti quanto no Brasil, ser desvalorizado material e simbolicamente (HANDERSON e JOSEPH, 2015b).

Por mais que boa parte dos haitianos no DF pensa ficar no Brasil. Mas, por conta da decadência de status social e pelo baixo salário, há de se ponderar que alguns se frustraram quando aqui chegaram, porque esperavam encontrar melhores salários no Brasil, tal fato contribui na decisão de alguns retornarem ao Haiti ou seguirem a viagem, como é o caso de Gilbert, “*Não posso jogar fora o meu país, entendeu? Vim para cá para passar um tempo e pedir visto para um país melhor do que o Brasil*” (Junho de 2015, Brasília).

Essa ideia de retorno está ainda mais presente nos planos daqueles que deixaram bens materiais no Haiti, estes afirmam que tinham uma vida econômica razoável no país, como explicitado por Eltius,

Por exemplo, tem muitos haitianos que vieram para cá, entendeu? Quando chegaram se arrependeram e voltaram para o Haiti e do jeito que o Wesley falou, o haitiano tem um mito na cabeça dele, tem que viajar para ser rico, para ter dinheiro. Mas tem gente que vende tudo para viajar. Por exemplo, encontrei um haitiano que falou que possuía 3 caminhonetes e alugava elas para fazer transporte público. Ganhava por semana 20.000 gourdes (moeda do Haiti) de aluguel de cada caminhonete. Colocou na cabeça que aqui no Brasil ia ser melhor, então, ele vendeu duas das caminhonetes para financiar a própria viagem. E agora está ganhando R\$ 767,00 por mês. Quando chegou aqui e viu que o salário era esse, ele chorou muito, mas ele tinha falado que iria ficar apenas três meses aqui (no Brasil) e depois iria embora (Junho de 2015, Brasília).

Wesley mostra como o investimento para a realização da viagem e as expectativas criadas pelos viajantes estão articuladas com a propaganda que os *raketè* (agenciadores das viagens no Haiti e na República Dominicana) faziam do mundo social brasileiro,

Tem alguns que vieram porque foram enganados por raketè que moram em Santo Domingo e que foram para o Haiti, eles falaram da seguinte forma: “Gente, tem uma viagem para o Brasil, vocês vão ser ricos”. No meu caso, no momento que eu estava vindo para cá, tinha um haitiano que estava dizendo que no Brasil você ganha por volta U\$ 3.500,00 por mês, muitos falaram isso e muitos foram enganados, quando ouviram “U\$ 3.000,00 - U\$ 4.000,00 por mês no Brasil”, eles decidiram vir (Wesley, Junho de 2015, Brasília).

Alguns dos viajantes gastaram muito dinheiro para realizar a viagem. Esses recursos financeiros mobilizados para a realização da mesma mostram que os haitianos aqui chegados não estão entre os mais pobres do/no Haiti, tal explica Wesley,

Tem um haitiano que gastou U\$ 9.000,00, ele fez uma primeira tentativa e mandaram ele de volta, uma segunda e mandaram de volta de novo, fez uma outra e chegou a gastar U\$ 9.000,00. No Haiti, com U\$ 9.000,00 você não é qualquer pessoa, quer dizer, você poderia fazer um bom uso desse dinheiro (Junho de 2015, Brasília).

Como já foi observado, entre aqueles que tinham uma vida econômica superior daquela vivenciada no Brasil, alguns desses optam por voltar ao Haiti ou seguir a viagem para outros países, como França e Guiana Francesa, Estados Unidos, Canadá, são os países designados *peyi blan* no mundo social haitiano³¹.

Aqueles que optam por permanecer no Brasil, esses têm preferência pelo setor do trabalho formal do que o informal, mas trabalham entre 9 a 10 horas diariamente, 6 dias por semana, fazendo hora extra. Para estes, o setor do trabalho formal os dá mais segurança e garantia do que os empregadores cumprirão com o contrato, pagando pelo serviço. Além disso, segundo estes, o setor formal garante quando são demitidos ou sofrem algum acidente no trabalho que poderão ser amparados pelas leis trabalhistas brasileiras.

No entanto, interessa observar, que os dados de 2013 do *Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique*, mostram ser o desemprego no Haiti avaliado em 35%. Dos 2.9 milhões de pessoas da população ativa, somente no setor informal há 1.9 milhão, ou seja, 64,5% desenvolvendo alguma atividade remunerada³². Já as condições econômicas do país caribenho são descritas como as “piores do mundo”. Com o terremoto de janeiro de 2010, agravou mais ainda a economia do país. Esse quadro socioeconômico também é um (não o único) dos fatores do estímulo da emigração e da mobilidade.

As palavras de Wesley iluminam essa preferência dos migrantes pelo setor formal do trabalho,

31 “*Peyi blan* é uma categoria prática possuidora de várias significações e sentidos. Em alguns casos, pode ser entendida também como *peyi etranje* (país estrangeiro), *peyi lòt bò dlo* (país além do mar). São expressas e utilizadas entre os haitianos (aqueles residentes no Haiti e no exterior) para reportar-se aos países estrangeiros industrializados e desenvolvidos economicamente, na sua grande maioria compostos por uma população branca significativa, mas não necessariamente. Além disso, principalmente, nos quais podem ganhar em *lajan diaspora*, dólar americano e euro” (HANDERSON, 2015a, p. 374).

32 <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/124222/Le-chomage-evalue-en-chiffres.html> Acessado em 15 de agosto de 2014.

Quando a pessoa pega a sua carteira de trabalho, ela assina e faz o desconto, ela tem um valor para te dar por mês, você trabalha durante 10 dias e vai receber pelos dias trabalhados, pode ser 20 dias ou 6 meses você vai receber os dias trabalhados com os descontos, mas quando trabalha sem a carteira assinada, acho que não é uma vantagem, entendeu? Porque às vezes o cara foge, às vezes fica te devendo e se você se machucar no trabalho ninguém é responsável, porque o estado não sabe se você está trabalhando, os caras perceberam que nós não gostamos muito, não é fácil também, tem um grupo de haitianos que veio aqui e já que são pedreiros, querem que a carteira seja assinada para ganhar R\$ 1.200,00, são obrigados a trabalhar como gato, entendeu? A empresa assina a carteira, mas não é uma que o estado reconhece, é terceirizado, está prestando serviço a outra empresa, muitos fogem e conheço muita gente que sofreu esse golpe até agora não acharam ninguém para dar baixa na carteira, entendeu? Quando eu vou para uma empresa normal, viram que sua carteira está vazia, não vão assinar como especialista mas como ajudante, se eu for trabalhar como informal vou ficar de dois a três meses depois vou embora, então vou numa empresa normal, entendeu? Tem tanta gente que fala mal do trabalho informal que ninguém se interessa mais (Junho de 2015, Brasília).

Além dessa visão crítica de os interlocutores em relação ao setor informal, alguns demonstram também, ter conhecimento de algumas leis trabalhistas brasileiras, tal como Eltius,

Tem uma outra coisa ainda, o trabalho informal não é fácil também porque tem uma lei muito severa, o cara que pega um estrangeiro para um trabalho informal tem que pagar uma multa de mais de R\$ 25.000,00, é por isso que as empresas não querem pegar ninguém para trabalhar sem assinar a carteira, não é porque o serviço é ruim mas é porque a lei exige (Junho de 2015, Brasília).

Segundo Abdemalek Sayad (1998), a condição do ser migrante coloca o indivíduo numa situação de aceitar o trabalho mais penoso e menos remunerado. Mas, a experiência haitiana mostra ser mais complexa essa situação, visto os haitianos reclamarem do salário e deixarem seus empregos para buscarem outros por causa de baixos salários, da precariedade e dos maus tratos nos locais de trabalho. Isto desmistifica a ideia de os migrantes serem passivos quanto aos baixos salários, ou reféns em trabalhos menos qualificados e precários.

Com o dinheiro ganho no trabalho, além de enviar remessas para a manutenção dos que ficam, alguns juntam dinheiro para adquirir bens materiais no Brasil, tal como Cenel que comprou uma casa no DF. Segundo ele, “a casa fica longe de Brasília”, mas é um investimento de um imóvel. Do ponto de vista dos viajantes, a aquisição de um imóvel, tanto no Haiti quanto no Brasil, possui um valor social e moral, ela é uma maneira de mostrar o sucesso da viagem, tal como a “casa diáspora” construída no Haiti pelos haitianos residentes no exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procurei, na primeira parte, situar a (e)migração haitiana no tempo e espaço, considerando a sua dimensão histórica e os diferentes espaços (trans)nacionais por onde os haitianos circulam e residem. Na segunda, examinei algumas questões da mobilidade haitiana no Brasil, particularmente na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Na terceira, privilegiei as dinâmicas da mobilidade haitiana em Brasília, no Distrito Federal. Nas três partes do texto, evidenciei do ponto de vista histórico e dos próprios haitianos residentes no Brasil, a maneira como a mobilidade se revela constitutiva do mundo social haitiano e dos horizontes de possibilidade dos haitianos. Mostrei como a mobilidade dos que partem contribui à imobilidade dos que ficam e vice-versa, particularmente quando aqueles em mobilidade enviam remessas para a manutenção dos que ficam ou quando

quem fica financia a viagem dos que partem.

As configurações das mobilidades haitianas num plano global, à cuja geografia, o Brasil se integrou com mais intensidade recentemente, permite criticar etnograficamente as teorias migratórias que sustentavam a unilateralidade dos fluxos migratórios entre os “polos do sul” (países pobres) em direção aos “polos do norte” (países ricos, desenvolvidos) ou as relações binárias instauradas, inicialmente, entre os países colonizados e os seus antigos colonizadores.

A mobilidade haitiana permite refletir sobre diferentes formas migratórias. A sua dinâmica coloca em questão a problemática atual da globalização das migrações internacionais e a relação do Estado-nação com o território, tanto a nível nacional como supranacional. A mobilidade pesquisada tem múltiplas formas, dependendo da experiência de cada sujeito: 1ª – os saídos das zonas rurais do Haiti pela primeira vez; 2ª – aqueles já deslocados dentro do próprio país; 3ª – outros emigrados já fora do território nacional, vindos à Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru ou Brasil, Bolívia e Peru. Quando decidiram realizar a viagem, residiam principalmente na República Dominicana, Chile ou Equador. Um grupo significativo não saiu do Haiti pela primeira vez.

Além dos países mencionados, alguns dos meus interlocutores já tinham residido na Guiana Francesa, nos Estados Unidos, nas Bahamas, em Guadalupe, em Grand Turck, Curaçao, entre outros. A especificidade do trabalho mostra que, em algumas ocasiões, tinham sido deportados, devido à falta de visto de residência permanente nesses locais. A meu ver, essa configuração das mobilidades internacionais haitianas, as partidas e saídas realizadas não do lugar de origem, mas sim, de um espaço internacional, modifica a abordagem dos campos migratórios que fundamentava e privilegiava o conhecimento dos fluxos de partidas desde o local de origem.

Diversos recursos espaciais são acionados e negociados para constituir o espaço da mobilidade haitiana. Tanto os lugares de chegadas quanto os de partida são múltiplos e diversos, caracterizando a noção de “multipolaridade da migração”, tal como formulada por Emmanuel Ma Mung (1992), através dos seus trabalhos com os chineses na França. Através dessa multipolaridade se estabelece a “interpolaridade das relações”. Como explicado por Ma Mung (idem, p. 187), “essas relações físicas (migração de pessoas), financeiras, comerciais, industriais se desenham e se apoiam sobre as redes de solidariedade familiares e comunitárias, de interesses econômicos e frequentemente políticos convergentes”.

REFERÊNCIAS

AUDEBERT, Cédric. *La diaspora haïtienne: Territoires migratoires et réseaux transnationaux.* Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

BASTIDE, Roger; MORIN, Françoise e RAVEAU, François. *Les Haïtiens en France.* Paris: Ed. Mouton – la Haye, 1974.

CASIMIR, Jean. *Haïti et ses elites.* L’interminable dialogue de sourds. Ed. De l’Université d’État d’Haïti (Coll. Haïti Poche), 2009.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; TONHATI, Tânia (Orgs.). *A inserção dos*

- imigrantes no Mercado de trabalho brasileiro*. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.
- CAVALLO, Eduardo A.; POWELL, Andrew e BECERRA, Oscar. *Estimating the Direct Economic Damage of the Earthquake in Haiti*. Inter-American Development Bank, IDB Working Paper Series nº IDB-WP-163, 2010.
- DELACHET-GUILLON, Claude. *La communauté haïtienne en Ile-de-France*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- DUBOIS, Laurent. Les réfugiés haïtiens et la politique d'immigration aux États-Unis. *Hommes et Migrations*, nº 1213, mai-juin, p. 47-59, 1998.
- FERGUSON, James. *Migration in the Caribbean: Haiti, the Dominican Republic and Beyond*. London: Minority rights group international, 2003.
- FIRMIN, Anténor. *De l'égalité des races humaines*. Anthropologie positive. Édition présentée par Jean Métellus. Québec: Mémoire d'encrier, 2005 [1885].
- HANDERSON, Joseph. *Vodu no Haiti – Candomblé no Brasil: identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo afro-latino-americano*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, 2010.
- _____. *Diaspora*. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a.
- HANDERSON, Joseph e JOSEPH, Rose-Myrle. “As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, V. 9, N. 2, p. 1-33, 2015b.
- _____. *Diaspora*. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015c <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003>
- ICART, Jean-Claude. *Négriers d'eux-mêmes*. Essai sur les boat people haïtiens en Floride. Montréal: Éditions du CIDIHCA, 1987.
- _____. La communauté haïtienne de Montréal. *Haiti Tribune* do 18 de nov ao 01 de dez 2004, nº 10. [on line] <http://www.cidihca.com/haititribunemtl/HT10-PAGE4.pdf> Acessado em 24 de outubro de 2013.
- Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI). Enquête sur les conditions de vie en Haïti. Port-au-Prince: ECVH, 2003.
- _____. Enquête sur l'emploi et l'économie informelle (EEEI), (Phase 1), juillet, 2010.
- JACQUES, Ermitte St. Between Periphery and Center in the haitian Diaspora. In: JACKSON, Regine O. *Geographies of the Haitian Diaspora*. New York: Routledge, p. 91-110, 2011.
- LAËTHIER, Maud. *Être migrant et haïtien en Guyane*. Paris: Éditions du comité des travaux historiques et scientifiques, 2011a.
- _____. Le Surinam, passages vers la Guyane. D'un pays à l'autre dans la circulation migratoire des Haïtiens », *Cahiers de l'Urmis* [En ligne], 13 | 2011b, mis en ligne le 12 octobre 2011. Acessado em 21 de novembro de 2013. URL : <http://urmis.revues.org/951>
- LITTLE, Cherry. *Haitians deserve benefits Nicaraguans and Cubans got through legislation*. Declaração escrita não publicada apresentada à comissão do Senado sobre Imigração, no dia 17 de dezembro de 1997, em Washington D. C., 1997.
- LOGAN, Rayford W. Education in Haiti. *The Journal of Negro History*, v. 15, n.4, p. 401-460, 1930.
- Ma MUNG, Emmanuel. Dispositif économique et ressources spatiales: éléments d'une économie de diaspora. *Revue européenne des Migrations Internationales*, v. 8, n. 3, p. 175-193, 1992.
- MARCELIN, Louis HERNES. Blood symbolism and the political habitus of violence in Haiti. In:

American Anthropologist, v. 114, n. 2., p. 253-266, 2012.

MARTÍNEZ, Samuel. The onion of oppression: haitians in the Dominican Republic. In: JACKSON, Regine O. *Geographies of the Haitian Diaspora*. New York: Routledge, p. 51-70, 2011.

MASSEY, Douglas S; ALARCÓN, Rafael; DURAND, Jorge e GONZÁLEZ, Humberto. *Return to Aztlan. The Social Process of International Migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press, 1987.

MOÏSE, Claude (dir.). *Dictionnaire historique de la Révolution haïtienne (1789-1804)*. Montréal, CIDIHCA (Coll. Du Bicentenaire), 2003.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). *Perfil Migratório do Brasil 2009*. Geneva: Organização Internacional para as migrações, 2010.

PIANTONI, Frédéric. *L'enjeu migratoire en Guyane française*. Matoury, Guyane: Ibis Rouge Editions, 2009.

PIMENTEL, Marília e COTINGUIBA, Geraldo Castro. Wout, raketè, fwontyè, anpil mizè: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 73 – 86, 2014.

RICHMAN, Karen. *Migration and Vodou*. Florida: University Press of Florida, 2005.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Sidney Antonio da. “Aqui começa o Brasil”: Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, Sidney Antonio da (Orgs.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec Editora, p. 300 – 321, 2012.

SIMMEL, George. Traduction française en 1999. *Sociologie. Études sur les formes de la socialisation*, Paris, PUF, 1908.

STEPICK, Alex. The refugees nobody wants: Haitians in Miami. In: GRENIER, Guillermo e STEPICK, Alex (dir.). *Miami Now! Immigration, Ethnicity and Social Change*. Gainesville: University Press of Florida, p. 57-80, 1992.

VIEIRA, Rosa. *Itinerâncias e governo: a mobilidade haitiana no Brasil*. Dissertação (mestrado) – IFCS/UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2014.

WOODING, Bridget e MOSELEY-WILLIAMS, Richard. *Nécessaires mais indésirables. Les immigrants haïtiens et leurs descendants en République Dominicaine*. Port-au-Prince: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2009.